

Os "Tempos Cairológicos" ou as "Horas Cairológicamente Certas" da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

Fernando dos Santos Neves
Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
e Presidente do Conselho Geral dos Estabelecimentos
do "Grupo Lusófona"

(*) Intervenção feita na sessão solene do "dia anual" da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 8 de Abril de 2006, na qualidade de Reitor da ULHT e que parece adequada "Apresentação" da "Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias" no início da sua nova fase como "Órgão Científico-académico e Académico-institucional de todas as Universidades Lusófonas".

RESUMO

Fazendo a distinção entre os "tempos cronológicos" e os "tempos cairológicos" (que seriam as "horas certas" da história, que não devem ser desaproveitadas), referem-se alguns desses "tempos cairológicos" ou "horas certas" em conexão com a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a saber:

1. O "tempo cairológico" ou a "hora certa" da "Lusofonia";
2. O "tempo cairológico" ou a "hora certa" da "Declaração de Bolonha";
3. O "tempo cairológico" ou a "hora certa" da "Abertura das Universidades a todos os maiores de 23 anos";
4. O "tempo cairológico" ou a "hora certa" da "Ruptura Primordial" do Sistema Educativo Português;
5. O "tempo cairológico" ou a "hora certa" das "Revistas e Edições Universitárias Lusófonas".

ABSTRACT

Introducing the distinction between "chronological times" and "Kairolological Times" (these being the "Right Hours" of history!), are given examples of some "Kairolological times" or "Right Hours" in connection with the Lusophone University of Humanities and Technologies:

1. The "Kairolological Time" or the "Right hour" of "Lusophony";
2. The "Kairolological Time" or the "Right hour" of the "Bologna Declaration";
3. The "Kairolological Time" or the "Right Hour" of the "University for all";
4. The "Kairolological Time" or the "Right Hour" of the "Radical Change of Portuguese Universitarian System";
5. The "Kairolological Time" or the "Right Hour" of "Lusophone Editions and Magazines".

Hoje, em que até a "*Oração de Sapiência*", a cargo do Dr. António de Almeida Santos, se intitulará, a "*Hora da Lusofonia*", eu também quero e vou falar do "*tempo*", não do "*tempo meteorológico*" nem do "*tempo cronológico*", nem do "*tempo histórico*", em que até os séculos podem ter mais ou menos de 100 anos (cf., por exemplo, o livro do excelente historiador britânico E. Hobsbawm, *A Era dos Extremos, História de um Século Breve*, Ed. Presença, que o não tão excelente tradutor, provavelmente julgando que um século não poderia ter nem mais nem menos de 100 anos, "corrigiu" para... "*História breve do século XX*" ...), nem dos apregoados "*maus tempos económicos*" que por aí correm (e que, sendo em teoria

iguais para todos, não deixam de ser” mais iguais para uns do que para outros”, aliás sempre os mesmos...), nem sequer do prosaico “tempo do relógio” (acerca do qual eu costume agradecer, sem resultados práticos evidentes, que, “por sermos e para sermos lusófonos e para mantermos e reforçarmos a nossa identidade, não é necessário ou obrigatório continuarmos a chegar atrasados...”), mas de outro “tempo”, a que vou chamar “tempo cairológico”. Se mesmo do “tempo cronológico”, Aristóteles deu a estranha definição nunca plenamente entendida de “número do movimento segundo antes e depois” e Santo Agostinho retoricamente “confessou”: “Se não me perguntarem o que é o tempo, sei o que é, mas se me perguntarem, já não sei!”, o que designei por “tempo cairológico” será certamente ainda mais difícil de definir, sendo que a resposta do cantor-ícone do “tempo” da contestação juvenil dos anos 60 do século XX, que alguns desejariam que estivesse de volta e outros que nunca tivesse acontecido, Bob Dylan (“The times they are a-changing”, “The answer, my friend, is blowing in the wind”) parecerá demasiado “aérea” (e, de facto, “ar” ou “vento” ou “sopro” constituem as palavras originais do que a Bíblia vulgata viria a traduzir por “Espírito” e “Espírito Santo”). E todos saberão e alguns ainda se lembrarão de que o carismático Papa João XXIII fez dos “Sinais do Tempo” e respectivo “Aggionamento” a trave-mestra e o motor central do Concílio Ecuménico Vaticano II (que os Papas João Paulo II e Bento XVI se encarregariam de fazer substituir pelos “tempos de antigamente”), muito, aliás, à semelhança do que teria sucedido com os “tempos da Perestroika e da “Glasnost” de Gorbachev, que outros se teriam também encarregado de destruir ou desvirtuar...

Referências teóricas e históricas à parte, que seriam e quais seriam os “tempos não cronológicos ou meteorológicos ou simplesmente históricos ou económicos mas cairológicos do nosso tempo”?

A palavra “cairológica” foi por mim introduzida na Língua Portuguesa (o que não quer dizer que já conste dos dicionários oficiais...) e a primeira definição escrita e formal aparece no livro “Ecumenismo em Angola, Do Ecumenismo Cristão ao Ecumenismo Universal” (Luanda, 1968, Re-edição Lisboa, 2005), páginas iniciais:

“...«Cairologia» é a visão, o tratado, a teologia do «tempo», no seu conteúdo histórico-bíblico. «Kairos» não é um tempo (“Xronos”), um dia, um momento qualquer, é... o «tempo da graça», o «tempo oportuno e propício», o «tempo favorável», a «hora certa»...”

Mais que própria e longamente falar de todos eles, eu queria, neste momento, apenas referir alguns “tempos cairológicos”, digamos, simplificando mas sem esquecer nada do que antes foi sugerido, algumas “Horas Cairológicamente Certas”, que estão a soar e que urge

ouvir e fazer ouvir (“Quem tem ouvidos para ouvir, que oiça!”, segundo as palavras bíblico-evangélicas:

1 – A “Hora Cairológicamente Certa da Lusofonia”

2 – A “Hora Cairológicamente Certa da Declaração de Bolo-nha”

3 – A “Hora Cairológicamente Certa da campanha da entrada livre dos adultos no Ensino Superior”

4 – A “Hora Cairológicamente Certa da Ruptura Primordial do Sistema Educativo Português”

5 – A “Hora Cairológicamente Certa das Edições e das Revistas Lusófonas”.

1

A “Hora Cairológicamente Certa da Lusofonia”

Confesso que não foi propositado mas vem muito a propósito o pequeno editorial do último número de “RES-PUBLICA, Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais” (nº 5/6, Dossiê Lusofonia: Mitologias, Realidades e Potencialidades) intitulado “A Hora da Lusofonia”, para o qual me permito remeter, acrescentando simplesmente os dois breves itens seguintes:

a) O primeiro é para fazer uma pergunta e um pedido aos sábios linguistas presentes e ausentes: quando é que apareceu, pela primeira vez, o termo “Lusofonia” e derivados nos dicionários portugueses? Será que fomos mesmo nós, os da Lusófona, os honrosos responsáveis por tal facto? É verdade que, nos fins dos anos oitenta do século passado, quando fizemos questão de a nossa Escola se chamar “Universidade Lusófona”, uma das objecções foi que “o termo não soava bem...”.

Bem ou não, o certo que, passados estes poucos anos, a “Hora da Lusofonia” aí está a “soar” com toda a “certeza” e esperemos que irreversivelmente...

b) O segundo item (numa espécie de aparente “mea culpa”, que não chega a sê-lo, porque não estou arrependido) é para dizer que, não obstante eu continue a afirmar e a defender a “Tese” de que “Mais que projecto ou «questão cultural» e até «linguístico-literária», a Lusofonia é, além de um importante projecto ou uma importante «questão de Língua», sobretudo um importante e decisivo projecto ou uma importante e decisiva «questão de estratégia geopolítica», com inevitáveis incidências económico-socio-culturais...”, agora afirmo e defendo mais explicitamente que a “Hora Cairológicamente Certa da Lusofonia” é também cada vez mais e cada

vez mais deverá ser a "**Hora Cairológicamente Certa da Língua Portuguesa**".

É por isso que não é de estranhar que eu permanentemente desassossegue as consciências de todos os Lusófonos com perguntas, só à primeira vista secundárias, como, por exemplo: Para quando a criação de uma Academia Inter-lusófona de Letras? Para quando a existência efectiva do Instituto Internacional da Língua Portuguesa? Para quando a feitura e a entrada em vigor legalmente obrigatória de um (nem sequer disse "do") Acordo Ortográfico? Para quando, designadamente da parte dos governos de Portugal e do Brasil, a ultrapassagem do provincianismo que impede de entender que o investimento em Leitores e Professores de Português no mundo inteiro (a começar obviamente no Espaço Lusófono) é, além do resto, o investimento economico-político mais rentável? Etc....

Aproveito da oportunidade para saudar a recente inauguração do "**Museu da Língua Portuguesa**" na maior cidade lusófona (e quase também não lusófona) do Mundo que é a cidade brasileira de São Paulo, até porque isto poderá bem ter sido, para os Brasileiros, o princípio do princípio, ou seja, o princípio da percepção de que, sem o Brasil, nunca haverá Lusofonia mas também de que, sem a Lusofonia, nunca haverá Brasil que deixe de ser o eterno "*país do futuro*"!

E, sem nenhuns provincianismos patrioteiros ou outros, em recentes magníssimos encontros ibero-americanos, até me vi na obrigação de alertar: "*Caveant Lusophoni*", "*Atenção, Lusófonos!*" e recordar a todos (Lusófonos incluídos) que nesse grande Espaço Humano há, pelo menos, duas grandes línguas potencialmente universais, a saber, o Espanhol e o Português e que é mesmo o Português-Brasileiro a única dessas duas línguas que tem um país gigante a falá-la, o que, já para Fernando Pessoa nos inícios do século XX, era uma das condições essenciais para que uma língua qualquer possa tornar-se uma língua universal... Nem é por acaso que, na sigla BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) dos grandes países emergentes agora tanto na moda, a primeira das iniciais é, precisamente, a inicial "B" de Brasil, cuja língua, em "*mais doce*" ou em "*mais bonita*" como por vezes se diz, não deixa de ser a "**Língua Portuguesa**"!

2

A "**Hora Cairológicamente Certa da Declaração de Bolonha**"

Muito à força, muito tarde e muito a más horas (e, é preciso dizê-lo, com grande mérito e persistência do actual Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Prof. Doutor Mariano Gago) temos, finalmente, embora na última das últimas carruagens, as Escolas Superiores Portuguesas no comboio europeu do Ensino Superior, a que se dá o nome de "**Processo-Declaração de Bolonha**", sobre a qual, depois de tudo quanto dissemos, gritámos, escrevemos e fizemos ao longo dos já longos últimos anos, juntaria apenas:

a) A história, se não as pessoas e as instituições portuguesas de hoje, que até não se coíbem de agora colocar-se em bicos de pés, não pode não vir a reconhecer o papel absolutamente pioneiro da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias na preparação e na "pregação" da "**Reforma de Bolonha**" no âmbito do Ensino Superior Português e até Lusófono, bastando pensar que foi a por mim lançada "**Declaração de Luanda**" (2002) sobre a criação do "*ELES Espaço Lusófono do Ensino Superior*", à semelhança e eventualmente em parceria com o "*EEES Espaço Europeu do Ensino Superior*", que esteve confesadamente na base da "**Declaração de Fortaleza**" da CPLP sobre a matéria, "*Declaração*" esta provavelmente tão inócua como a própria CPLP no seu conjunto...

O título algo belicoso do artigo do jornal "Público" (10 de Novembro/2004), "**Quem tem medo da Declaração de Bolonha?**", que daria origem ao emblemático volume com o mesmo título (*Edições Universitárias Lusófonas*, 2005), constituiu o documento mais conhecido de tal pioneirismo, e só podemos alegrar-nos por vermos que hoje todos procuram estar na primeira fila dos amantes e praticantes do "**Processo-Declaração de Bolonha**". Ainda bem, é sinal de que, embora, como disse, muito à força, muito tarde e muito a más horas, o nosso empenho valeu a pena!^(*)

b) Quem me dera pudesse ser pela última vez que tenho de repetir que a adesão de Portugal ao "**Processo-Declaração de Bolonha**" é, antes e acima de tudo o mais, uma "**questão de modernidade**", em cuja via o "**25 de Abril de 1974**" e a designada "**Integração Europeia**" de novo nos inseriram!

E quem me dera também que não fosse mais neces-

(*) Cf. recentíssimo livro de **Fernando dos Santos Neves** et Alii, *Adimplenda est Bolonia, É Preciso Cumprir Bolonha!* Edições Universitárias Lusófonas, 2006.

sário relembrar uma das poucas passagens relativas a Portugal que vem na *"Enciclopédia de Diderot-D'Alembert"*, a *"Enciclopédia"* dos tempos modernos por antonomásia:

"... As Universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, estão muito menos avançadas (do que as restantes Universidades Europeias); nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até ao século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outra: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz ... Num dos jornais do ano de 1752, na secção das Novidades Literárias, não é sem espanto nem aflição que se pode ler o anúncio de um livro ultimamente impresso em Lisboa (em pleno século XVIII): Systema aristotelicum de formis substantialibus, etc., cum dissertatione de accidentibus absolutis (Ulissipone, 1750). Quase é de crer que se trata de uma gralha tipográfica e que é 1550 (e não 1750) que devemos ler. On serait tenté de croire que c'est une faute d'impression et qu'il faut lire 1550..." (Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers, 1751-1772, entrada: École philosophie de l'; trad. port. em: A Enciclopédia, textos escolhidos, Editorial Estampa, 1974, pag.59).

À semelhança dos *"Enciclopedistas"*, também eu diria que *"não é sem espanto e sem aflição"* que tenho ultimamente visto nos jornais notícias a dizer, por exemplo, que *"os estudantes da Universidade de Coimbra se manifestaram contra o processo de Bolonha"*, etc. Espero somente que, também nestes casos, se trate de *"gralhas tipográficas"* dos jornalistas!

E tenham paciência os que não gostam de ouvir tais coisas *"anti-patrióticas"*. Neste como noutros sectores, o provincianismo de pensarmos que somos os únicos a ter razão contra todos os outros (na linha anedótica do soldado que pensava que era todo o resto do batalhão, e não ele, a ter o passo trocado...) foi no passado e ainda continua a ser no presente a ridícula origem de muitos dos nossos atrasos... É, aliás, também para evitar esta desgraça, este ridículo e estes atrasos que, em todos os cursos da Universidade Lusófona, existe a cadeira que já se tornou um dos seus ex-libris, intitulada *"IPC Introdução ao Pensamento Contemporâneo"*!

c) É também o momento próprio para registar o quadro esquemático das *"LINHAS DIRECTRIZES"* que presidiram à *"Reestruturação de todos os Cursos da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias"* não sujeitos a regulamentação especial, à luz da *"Declaração - Processo de Bolonha"*:

• *Adopção do esquema geral seguinte :*

180 ECTS (6 semestres, 3 anos) para os 1º Ciclos (Licenciaturas)

120 ECTS (4 semestres, 2 anos) para os 2º Ciclos (Mestrados)

180 ECTS (6 semestres, 3 anos) para os 3º Ciclos (Doutoramentos)

• *Normas para a reestruturação dos 1º Ciclos (180 ECTS, 6 semestres, 3 anos):*

a) Conjunto de *"aulas lectivas"*, de *"acções tutoriais"*, de *"conferências"* e de *"trabalho pessoal"*, num total de 40-45 horas semanais de trabalho global, a ser traduzido, no seu todo, em ECTS, os quais poderão ainda ser adquiridos fora do contexto académico oficial, mediante o reconhecimento de competências várias e a valorização da aprendizagem ao longo da vida.

b) Cerca de 4/5 de ECTS serão provenientes de cadeiras obrigatórias (conjunto que poderá receber o nome de *"MAJOR"* e que incluirá, em todos os cursos, a cadeira intitulada *"Introdução ao Pensamento Contemporâneo"*).

c) Cerca de 1/5 de ECTS serão provenientes de cadeiras de opção, livremente escolhidas de entre as cadeiras de qualquer dos Cursos da ULHT (como, por exemplo, as cadeiras de *"Socioeconomia Política da União Europeia"* e de *"Socioeconomia Política do Espaço Lusófono"* ou as cadeiras de Língua Portuguesa e de outras línguas antigas e modernas) e que poderão constituir conjuntos designados de *"MINORES"*.

d) Todas as cadeiras ou disciplinas serão normalmente semestrais e equivalerão normalmente a 5 (cinco) ECTS.

A estruturação ou reestruturação dos 2º e 3º Ciclos (Mestrados e Doutoramentos) deverá ser igualmente preparada.

3

A *"Hora Cairologicamente Certa da Campanha de Admissão dos Adultos no Ensino Superior"*

Sobre a nova lei das *"Condições Especiais de Acesso e Ingresso no Ensino Superior para maiores de 23 anos"* (Decreto-Lei nº 64/2006, de 21 de Março), que enterra definitivamente a letra (esperemos que também o espírito) dos exclusivos (no sentido que pretendiam excluir e não incluir os

candidatos) *"Exames Ad-hoc"*, quero ser brevíssimo, por razões de outras *"horas"* (as prosaicas mas inexoráveis *"horas do relógio"*...), mas sobretudo porque desejaria que tal brevidade fosse entendida como inversamente proporcional à sua importância no futuro de Portugal e dos Portugueses. Será que, finalmente, as nossas elites dirigentes perceberam ou foram obrigadas a perceber que o desenvolvimento humano de uma Sociedade é, esse sim, não inversamente mas directamente proporcional ao nível da alfabetização das suas gentes, alfabetização que, no século XXI, já não pode ser mensurada pelo *"Ensino Primário"* (como no século XIX) nem sequer pelo *"Ensino Secundário"* (como no século XX) mas pelo *"Ensino Superior"* (ao menos ao nível do 1º ciclo, que é a licenciatura)? Tendo em conta a miséria demonstrada pelas estatísticas actuais absolutas e comparativas sobre a questão, a tomada a sério desta nova lei constituirá umas das *"HORAS CAIROLOGICAMENTE CERTAS"* mais maiúsculas da história próxima da Sociedade Portuguesa.

Sumamente aconselho a leitura do editorial do *"Semanário"* de 7 de Março p.p., escrito pelo seu Director e aliás também docente da Universidade Lusófona, Rui Teixeira Santos, que, pretendendo falar da *"Hora Cairológicamente Certa"* de que estamos a falar, não podia encontrar título mais feliz do que *"UNIVERSIDADE PARA TODOS"* nem mais feliz síntese do que *"Trata-se de uma verdadeira REVOLUÇÃO CULTURAL"*:

"O maior contributo do processo de Bolonha é a possibilidade que dá de qualificar os portugueses. Para além da reestruturação dos cursos, reduzindo as licenciaturas a três anos, e tornando os mestrados e doutoramentos parte do direito à formação de qualquer cidadão, o que Bolonha vai principalmente permitir, e já no próximo ano lectivo, é aquilo que acontece há mais de quarenta anos em França ou no Reino Unido. Qualquer indivíduo com mais de 23 anos pode candidatar-se a um curso universitário, sendo apenas sujeito a uma entrevista, à prova curricular e a um pequeno exame mínimo. O que se pretende não é excluir ninguém, mas é abrir as portas das universidades e do ensino superior a todos os portugueses com mais de 23 anos, independentemente das suas qualificações anteriores.

É uma verdadeira revolução cultural. A universidade que foi o gueto dos professores universitários e o exame "ad hoc", o grande instrumento de exclusão da generalidade da população que não teve oportunidade de concluir estudos secundários, passa a ser o instrumento de qualificação dos portugueses. A entrevista, o teste escrito, repito, não são para excluir. Ninguém tem que mostrar conhecimentos. Esses, essas qualificações devem ser depois aprendidas na Universidade. E não se diga que se está a baixar o nível de exigência

e de qualificação nas Universidades. Sem dúvida que se exige dos professores uma nova atitude de proximidade relativamente a cada estudante concreto provavelmente o que implicará turmas menores e maior recrutamento de docentes universitários, mas sobretudo uma revolução na mentalidade dos portugueses.

A classe média, as estruturas intermédias das empresas, todos terão agora oportunidade de ter uma formação universitária, o que, mesmo que não sirva directamente a profissão de cada um, serve sobretudo para lhe amplificar o método, sistematizar a experiência anterior e sobretudo melhorar a sua auto-estima.

Num país provinciano como o nosso, alimentado pela ruralidade dos lentes de Coimbra, a licenciatura era um objectivo aliás bem caracterizado na "Canção de Lisboa" por Vasco Santana. No imaginário do português rústico, o filho doutor era um degrau no estatuto da família. Ora é exactamente nesta primeira geração de pós-Bolonha que a Universidade vai fazer diferença. Porque exactamente ao melhorar o estatuto e a auto-estima dos quadros intermédios que podem concluir a sua licenciatura, senão em três anos como são estudantes trabalhadores, pelo menos em quatro ou cinco, que vai ter um impacto decisivo na melhoria da gestão em Portugal e portanto da produtividade das empresas e da responsabilidades dos quadros.

A Universidade tem agora em Portugal, especialmente em Portugal, por impulso de Bolonha, a revolução que as Universidades e os Governos nunca quiseram fazer, cientes das vantagens decorrentes da encenação do seu falso poder.

Caj o grande tabu de anos, imposto por Governo incompetentes e uma academia retrógrada e provinciana às classes médias: a entrada na Universidade deixa de ser um objectivo, passa a ser um direito de todos os portugueses à formação. A Universidade, os professores, é que têm depois a obrigação de ensinarem, de motivarem e de conseguirem transmitir as qualificações que interessem ao aluno e o habilitem a uma competência.

Com Bolonha, finalmente o gueto da desqualificação, o gueto da proletarização, o gueto do analfabetismo universitário é ultrapassado, tendo seguramente ao nível da economia, no que respeita à competitividade do factor trabalho, o mesmo alcance que a democratização do acesso ao capital nas Bolsas teve na desmontagem das tensões do Estado capitalista, criando as classes médias.

O passo seguinte, aquele que se conseguirá agora, aderindo as Universidades a este processo, abrindo as universidades à formação dos portugueses, acabando com as reservas universitárias, que já não existem há décadas nos países mais desenvolvidos, é o da qualificação. As Univer-

sidades, ao darem um diploma, dão um estatuto, coisa que a formação profissional do Fundo Social Europeu não deu, sendo quase e somente um modo de financiar as empresas e subsidiar o trabalho. A oportunidade da qualificação é esta, e, pela primeira vez, as Universidades portuguesas, em vez de darem apenas políticos tacanhos e pouco viajados, têm agora a oportunidade de contribuírem alguma coisa para a formação e qualificação dos portugueses. Este é o choque da formação, bem mais importante que o choque tecnológico. Este é o choque universitário, bem mais importante que o choque do investimento anunciado pela API.

Já nem sequer lamento o facto dele nos ter sido imposto por fora. Mas cabe agora ao Estado dinamizar, divulgar e dizer a cada português que tem direito a uma formação universitária. E depois há também o "cluster" universitário que se desenvolve. Temos que começar a ver as nossas universidades a ir também ao mercado de capitais para captar fundos e deixarem de ser subsídio-dependentes. A oportunidade da requalificação dos portugueses dá um novo mercado para as universidades e sobretudo para as universidades privadas, agora na sua maioria mais responsáveis e com trabalho significativo feito no terreno. É uma área económica importante para a economia e pode ainda ser um instrumento de penetração nos mercados universitários de língua portuguesa, nomeadamente captando alunos da Ásia e da África para as nossas universidades.

Finalmente, a questão do financiamento das propinas. Há actualmente mecanismos de financiamento bancário e um sistema de bolsas eficaz e equivalente ao que existe nos países mais desenvolvidos. As universidades têm que tornar banal o acesso ao financiamento bancário, aos empréstimos aos estudantes, pagos depois, mais tarde. Não estamos a falar de universidade para a terceira idade. A história das propinas tem que acabar de vez. Não podem ser os pais a financiarem o ensino dos filhos, como já só acontece em Portugal. Nos EUA, em Inglaterra, na Suíça e menos em França ou na Alemanha, os alunos universitários pagam os seus cursos, saem de casa quando vão para as universidades, porque a ligação Universidade-sistema financeiro funciona e em vez de estarem a endividar-se para comprar casas que pagarão até ao fim da vida, passam a endividar-se para pagar qualificações que lhes darão depois acesso a casas e a muito mais que casa: a um futuro com auto-estima e qualificação...

Assim as Universidades entendam esta oportunidade".

A "Hora Caiologicamente Certa da Ruptura Primordial do Sistema Educativo Português"

À semelhança daquilo que, desde os anos oitenta do século passado, venho chamando, no campo das ciências e das suas inter-relações, "*Ruptura Epistemológica Primordial*" (a qual, da maneira mais singela, consiste na passagem de uma visão monoparadigmática e monopolista a uma visão pluriparadigmática e pluralista das ciências, em que todos os diversos paradigmas científicos têm o mesmo valor e dignidade cognoscitivos, deixando de haver "*ciências propriamente ditas*" e "*ciências impropriamente ditas*", "*ciências duras*" e "*ciências moles*", etc., e tornando, assim e só assim, possível um diálogo interdisciplinar que não seja uma ilusão ou um embuste), tenho ultimamente designado de "*Ruptura Primordial do Sistema Educativo Português*" o que já no "*Manifesto para a Educação em Portugal*" (Abril/2005), eu definia sinteticamente assim:

... Uma das fundamentais linhas divisórias entre "os antigos e os modernos" tem a ver com as relações e a distribuição de competências entre o Estado e a Sociedade Civil ou seja, com o famoso "*Princípio da Subsidiariedade*", que, hoje, não pode ser interpretado no sentido de que a Sociedade Civil só há-de fazer o que o Estado não pode, mas sim no sentido de que ao Estado compete fazer o que a Sociedade Civil não pode ou não quer ou efectivamente não faz ... E até relembria aos "*revolucionários clássicos*" como aos "*clássicos conservadores*" (que, nesta questão de arcaicos estereótipos centralistas, não raro se equivalem...) um super-clássico autor de esquerda (o Lenine de "*O Estado e a Revolução*") e um super-clássico autor de direita (o Van Hayek de "*O Caminho da Servidão*"). E também relembria, num país ainda tão constantinianamente católico como Portugal e independentemente de quaisquer outras razões e intenções, o nunca assaz louvado desafio público do Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa, a quando da investidura do novo Reitor da Universidade Católica: "*Não queremos nem precisamos de mais subsídios da parte do Estado, queremos apenas que o Estado subsidie paritariamente todos os alunos e todas as famílias, para que possam livremente escolher a Escola que preferirem!*"

O sistema estatal centralizado de Educação, além de arcaico, é estruturalmente injusto pela maneira desigual como trata os diversos cidadãos e respectivas famílias, segundo frequentam as Escolas Estatais ou as Escolas Particulares e é

também ilegal e contra a norma da Constituição da República, que preceitua a efectiva **"liberdade de ensinar e de aprender"** e, de qualquer maneira e não obstante todas as argumentações de alguns incuráveis centralistas e estatistas, irrefutavelmente contra as normas da **"Declaração Universal dos Direitos Humanos"**, a qual, também irrefutavelmente, está acima de quaisquer outras leis e constituições e argumentos e tradições e etc! E, como tem sido frequentemente recordado, aludindo às corajosas palavras do Moleiro Prussiano ao seu Imperador, se não houver juizes em Lisboa e em Portugal, havê-los-á com certeza em Bruxelas e na União Europeia! Gostaria de acrescentar que a nova filosofia consagrada nos últimos diplomas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior parece-me informada da mais avançada "modernidade cairológica!" Oxalá, como já escrevi, *"Mens Agitet Mollem!"*, quer dizer, oxalá que este novo espírito tenha suficiente força para mover a inércia de montanhas como o "CRUP", os "Grupos de Missão", os lóbis de certas "Ordens e Corporações" e toda a burocracia instalada, que até às célebres *"333 medidas"* procurarão resistir...

5

A "Hora Cairológicamente Certa das Edições e das Revistas Lusófonas"

Seja-me ainda lícito fazer uma referência, mesmo que brevíssima, à nova dinâmica das **"Edições Universitárias Lusófonas"** e, nelas e muito como expressões mais visíveis de todos os Centros e Unidades de Investigação de Humanidades e Tecnologias, às numerosas **"Revistas Lusófonas"**, *on-paper e on-line*, que constituem um caso absolutamente ímpar no âmbito das Instituições nacionais e uma mais-valia de que, tanto *ad intra* como *ad extra*, ainda não se deu totalmente conta nem se retiraram ainda todas as consequências:

- Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias
- Revista Lusófona de Educação
- Revista Lusófona de Ciência das Religiões
- Babilónia – *Revista Lusófona de Línguas, Culturas e Tradução*
- Respublica – *Revista Lusófona de Ciência Política e Relações Internacionais*
- Campus Social – *Revista Lusófona de Ciências Sociais*
- Metacrítica – *Revista Lusófona de Filosofia*
- Caleidoscópio – *Revista (Lusófona) de Comunicação e Cultura*
- Gymnasium – *Revista (Lusófona) de Educação Física, Desporto e Saúde*

- Revista (Lusófona) de Economia e Gestão
- Afreudite – *Revista Lusófona de Psicanálise*
- Boletim de Psicologia, *Revista Lusófona da Ciência da Mente e do Comportamento*
- Revista Lusófona de Ciências e Tecnologias da Saúde
- Cadernos Lusófonos da Nova Museologia
- Malha Urbana, *Revista Lusófona de Socio-Urbanismo*

Por exemplo, e para chamar a atenção para uma situação incompreensível e intolerável, quando é que as Livrarias e as Distribuidoras Portuguesas e Lusófonas reflectirão este dito caso ímpar de produtividade científica?

Os diversos **"TEMPOS CAIROLÓGICOS"** ou **"HORAS CAIROLÓGICAMENTE CERTAS"** exemplificativamente mencionadas, mais do que simplesmente comuns, são essencialmente as mesmas e têm como objectivos os objectivos oficialmente atribuídos à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, a saber, *"o ensino, a investigação e a prestação de serviços nos vários domínios da ciência, da cultura e das tecnologias, numa perspectiva interdisciplinar e, especialmente, em ordem ao desenvolvimento dos países e povos de Língua Portuguesa"* (artigo 4, do Decreto-Lei nº92/98, de 14 de Abril).

É por isso que eu ousaria afirmar que todos esses **"TEMPOS CAIROLÓGICOS"** ou **"HORAS CAIROLÓGICAMENTE CERTAS"** se fundem de tal maneira que, e será a minha última frase e o meu último voto, parece impor-se, cada vez com maior evidência e com maior urgência, que a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias constitui a melhor síntese de todos eles e de todas elas e, por isso mesmo, constitui também cada vez mais *"a Universidade Cairológicamente Certa na Hora Cairológicamente Certa para a Lusofonia Cairológicamente Certa!"*

Lisboa, 8 de Abril de 2006

Fernando dos Santos Neves

Reitor da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e Presidente do Conselho Geral dos Estabelecimento do "Grupo Lusófona"